

PEDRO MÚRIAS

A ANÁLISE AXIOLÓGICA DO DIREITO CIVIL

 GESTLEGAL

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Agradecimentos	5
----------------------	---

I. INTRODUÇÃO

1. O tema	11
2. Direito civil comum e filosofia analítica	15
a. A referência vaga à filosofia analítica.....	15
b. Direito civil comum	27
c. Direito comum, direito analítico.....	40

II. O DIREITO COMO ÉTICA

3. O direito como ética.....	51
a. Ideia geral.....	51
b. Positivismo e legalismo	52
c. Positivismo e jusnaturalismo como opções temáticas.....	54
d. Afastamento de algumas objeções comuns às definições apresentadas	58
e. Afastamento de objeções específicas ao conceito de direito-N	64
f. Continuação: objeções ao jusnaturalismo conformes ao positivismo contemporâneo	71
g. O interesse do conceito jusnaturalista de direito.....	80
h. Os jusnaturalismos tímidos como antilegalismos.....	87
i. Interesse específico do jusnaturalismo para a investigação presente.....	90

•

III.
RELEVÂNCIA DA ANÁLISE CONCEPTUAL
PARA O DIREITO

4. Um neoconceptualismo modesto e as suas motivações.....	95
a. Preliminares	95
b. A motivação cartesiana e a motivação savigniana	100
c. Verdades analíticas desinteressantes em direito	102
d. Soluções jurídicas interessantes de aparente base analítica.....	104
<i>i. O princípio genus nunquam perit e outras regras simples.....</i>	104
<i>ii. Sobre o sinalagma</i>	111
<i>iii. Sobre as pretensões negatórias.....</i>	116
<i>iv. Um exemplo de fracasso: a nulidade dos contratos originariamente impossíveis.....</i>	122
5. Objecções gerais ao raciocínio analítico em direito	123
a. A necessária modéstia do neoconceptualismo jurídico.....	123
b. A recusa geral de verdades analíticas	125
c. A objecção não cognitivista	132
6. A tentativa de dedução a partir de verdades universais e a dificuldade das «excepções» às regras.....	137
a. A dedução de argumentos e as normas comuns como principais argumentos	137
b. Normas comuns sem excepções e «normas completas»	143
c. A anteposição de expressões restritivas na reformulação das normas..	145
d. Deduções a partir do juízo de que há razão para certa acção ou atitude	148
7. Outras análises úteis.....	163
a. A geração de argumentos pendentes.....	163
b. A independência facilitada dos argumentos pendentes.....	176
c. A análise como esclarecimento	180
d. Diferença entre a análise conceptual e a interpretação ou outros momentos substanciais	184
<i>i. A diferença entre análise e interpretação em geral.....</i>	184
<i>ii. A diferença entre análise e substância quanto aos conceitos normativos</i>	193
e. Análises por exemplo	201
f. Liberdade terminológica e eficácia estipulativa.....	212

•

•

IV.
O DIREITO-PRETENSÃO

8. A delimitação do conceito de direito-pretensão (da sua extensão)	233
a. Primeira aproximação; referência a categorias jurídicas	233
b. A tabela de Hohfeld e os seus limites.....	248
<i>i. As categorias hohfeldianas.....</i>	248
<i>ii. Limites dos estudos de Hohfeld</i>	260
<i>iii. Aptidões explicativas dos direitos.....</i>	262
<i>iv. Direitos morais</i>	265
c. Deveres dirigidos sem direitos.....	269
d. Deveres não dirigidos	273
<i>i. O vocabulário dos deveres não dirigidos e alguns casos.....</i>	273
<i>ii. A distinção entre deveres de princípio e deveres tudo-visto</i>	282
e. Teorias da vontade e teorias do interesse: os dados doutrinários	285
<i>i. A oposição clássica.....</i>	285
<i>ii. A refutação das teorias clássicas.....</i>	293
<i>iii. Teorias da justificação e teorias do regime</i>	318
<i>iv. O desiderato da expressividade ideológica das análises.....</i>	323
<i>v. Situações analíticas e situações compreensivas</i>	328
<i>vi. A hipótese da dualidade de conceitos</i>	329
f. Relevância e regime: justificação da delimitação do conceito.....	341
<i>i. A relevância como critério dos direitos-pretensões, dos deveres dirigidos</i>	341
<i>ii. O regime como sucedâneo da relevância.....</i>	344
<i>iii. O regime típico dos deveres dirigidos.....</i>	351
<i>iv. Observações ao regime típico.....</i>	358
<i>v. Em especial: a execução discursiva</i>	369
<i>vi. A violação de deveres dirigidos como desrespeito.....</i>	375
9. Valor pessoal em vez do interesse e da vontade	378
a. Sequência. Um momento axiológico. Síntese das teses a defender neste capítulo	378
b. O interesse e a vontade no regime e na justificação dos direitos-pretensões	381
c. Tentativas de reduzir a vontade ao interesse.....	390

•

	•	
d.	Primeiro conceito de valor pessoal	397
e.	Vantagens teóricas do valor pessoal.....	407
f.	Valor pessoal «kantiano» e valor pessoal «kelseniano»	414
g.	O valor pessoal como micro-agregação e separação de razões	427
h.	Conceitos de vontade	433
10.	A análise da direcção pelo fim-sentido dos deveres	435
a.	O fim-sentido dos deveres.....	435
b.	Vantagens de uma teoria do fim-sentido sobre as teorias da justificação	441
c.	Mais objecções às teorias da justificação.....	444
d.	Vantagens de uma teoria do fim-sentido sobre as teorias do regime ...	452
e.	A oposição a uma teoria do sentido como valor pessoal quanto aos direitos jurídicos	463
11.	O sentido dos deveres dirigidos como relação entre valores pessoais	472
a.	A relação entre os valores pessoais do cumprimento	472
b.	Virtudes na explicação do regime típico	480
c.	«Terceiros beneficiários» e mero conteúdo	489
d.	A relação entre os valores pessoais da execução primária	499
12.	Conclusão e esclarecimentos	506
a.	Análise do conceito de dever dirigido.....	506
b.	Esclarecimentos e corolários.....	507
i.	<i>Corolários do conceito de valor pessoal</i>	507
ii.	<i>Esclarecimentos sobre o fim-sentido</i>	510
iii.	<i>Variedades da direcção</i>	511
iv.	<i>Deveres dirigidos tudo-visto</i>	516
v.	<i>A inexistência de um dever ético geral de não causar danos a outrem</i>	519
vi.	<i>A «relatividade e absolutidade» do direito-pretensão</i>	521
vii.	<i>O direito-pretensão e a responsabilidade civil: súmula</i>	526

V.

OS DIREITOS DE BASE E OUTRAS FIGURAS

13.	Os direitos de base	531
a.	Sequência. Novo momento axiológico.....	531
b.	O esquema de Hohfeld e os direitos de base	533
i.	<i>Um exemplo</i>	533

	•	
ii. Os direitos de base no enquadramento hohfeldiano		534
iii. Direitos exteriores ao enquadramento hohfeldiano		540
iv. Direitos de base relativos a uma acção do titular ou do suporte		543
c. O conceito de direitos de base		548
i. Definição de dever dirigido sem referência a deveres		548
ii. Dos direitos-pretensões aos direitos de base.....		563
iii. As relações hohfeldianas no enquadramento dos direitos de base.....		568
iv. A unidade do posse e do licere		578
v. A unidade do dever fazer e do dever ser		588
vi. A especificidade dos direitos de base jurídicos		590
d. Objecções a uma suposta extensão excessiva dos direitos de base		592
i. A questão geral e a possibilidade de não satisfação dos direitos de base		592
ii. Sobre se o titular tem de haver alguma coisa ou se a satisfação tem de provir do suporte.....		595
iii. Direitos de base a estados de coisas imediatos, pretéritos, necessários ou impossíveis		596
14. Outras figuras.....		600
a. Atribuição, imputação e libertação.....		600
i. Sequência. A atribuição como instrumento dogmático		600
ii. A imputação ao suporte nos direitos de base		609
ii.a. Atribuições e libertações. A imputação por execução		609
ii.β. Os direitos de base em conceitos de imputação.		617
b. O dever civil.....		630
i. Os deveres civis de incapazes de acção.....		630
ii. Conceito de dever civil.....		634
iii. Acção, imputação e direitos: súmula		646
c. Sugestões dogmáticas		649
i. Sobre o fundamento das pretensões negatórias contra perturbações por coisas.....		649
ii. Sobre o conceito de direitos absolutos.....		655
iii. A unidade do enriquecimento sem causa		658

•

<i>iv. Uma fundamentação comum ao direito de necessidade civil e administrativo.....</i>	667
<i>v. Uma fundamentação comutativa comum à autonomia negocial e à gestão de negócios.....</i>	672
<i>vi. Sobre a virtude da justiça.....</i>	678

VI.

A IMPESSOALIDADE DO VALOR PESSOAL
E OUTRAS CONCLUSÕES

15. A impessoalidade do valor pessoal e outras conclusões.....	685
Bibliografia.....	693
Índice Remissivo.....	717
Índice Sistemático.....	737

•



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt